

Belo Horizonte,
cenário da
nossa história

**FORLUZ**

**RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
2017**



5	Abertura
10	Atividades Realizadas
14	Destaques
17	Gestão dos Planos
26	Demonstrativos
32	Demonstrações Financeiras
36	Parecer Atuarial





Igreja São José - por Rodrigo de Freitas

ABERTURA

Em um ano ainda marcado pela instabilidade no cenário político, porém com indicadores significativos de retomada econômica, a Forluz encarou grandes desafios na manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Seguimos fazendo mais com menos, reduzindo as despesas sem afetar a qualidade de nossos serviços. O custo administrativo, de 0,12% ao ano em relação aos recursos garantidores, se manteve bem abaixo do percentual médio apurado entre os fundos de pensão do mesmo porte, que foi de 0,23%. Além disso, o custo por participante ficou em R\$ 97,40, enquanto a média para entidades semelhantes é de R\$ 234,51.

Com uma gestão financeira responsável e eficiente, superamos a meta atuarial dos planos A e B. A rentabilidade apurada para o Plano A foi de 10,42% no ano, acima da meta de 9,12%. Já para o Plano B, a rentabilidade ficou em 9,77%, ultrapassando a meta atuarial do período, de 8,41%.

No início de 2017, os órgãos estatutários passaram por mudanças. Começamos o ano com os conselhos Deliberativo e Fiscal parcialmente renovados com novos membros eleitos pelos participantes e indicados pelas patrocinadoras. Já em fevereiro, Maura Galuppo deixou a Diretoria de Seguridade e Gestão, sendo substituída por Mônica Siqueira, que assumiu no mês de abril.

Ainda em fevereiro, a Previc aprovou o Termo de Ajustamento de Conduta que visa solucionar o desenquadramento passivo da carteira de imóveis do Plano A. Já no mês de maio, outra grande questão tratada pela Forluz foi o déficit do Plano A. A Fundação assinou com a Cemig o contrato de equacionamento referente ao resultado de dezembro de 2015.

Mais uma vez, a Entidade comprovou que sua administração é pautada pelos princípios de ética e transparência ao responder com precisão cinco denúncias apresentadas à Previc ao longo do ano. O órgão supervisor não constatou irregularidades na Forluz.

Em julho, a segurança dos processos adotados na Fundação foi reconhecida com a conquista da certificação NBR 31000, totalmente aderente à ISO 31000, norma internacional de gestão de riscos utilizada por mais de 60 países. Ainda naquele mês, o autoatendimento do portal ganhou um novo layout, mais simples e atrativo para o usuário.

Em agosto, a Cemig solicitou à Forluz a criação de um novo plano de previdência para seus futuros empregados. Para esclarecer o assunto, gerentes e diretores participaram de uma série de palestras em todo o Estado, a partir do mês de setembro. Em paralelo, a equipe da Fundação estudava a melhor forma de atender à demanda.

Ainda em setembro, a Fundação deu mais um passo rumo à inovação em seus processos ao lançar seu aplicativo para dispositivos móveis. O app agrega as principais funções disponíveis na área do participante no portal e, assim, o usuário tem os dados mais relevantes na palma da mão.

Após receber determinação da Previc para excluir o artigo 57 do regulamento do Plano A, que atribui integralmente às patrocinadoras a responsabilidade por eventuais déficits e esgotadas as discussões na esfera administrativa, a Forluz resolveu questionar o assunto na Justiça. Em novembro, a Justiça Federal da

1ª Região concedeu liminar favorável à Fundação. O processo está em andamento.

Ao enfrentar com trabalho e união um ano de desafios e muitos questionamentos, a Forluz encerrou 2017 fortalecida. Os esforços foram refletidos nos resultados da Pesquisa de Satisfação, cuja nota final foi de 8,6, com avaliação positiva de 96,8 % dos entrevistados. Prova de que estamos na direção certa.

Revisamos o nosso planejamento estratégico para os próximos cinco anos. O trabalho foi realizado a várias mãos e temos mais segurança do caminho que estamos percorrendo e dos recursos necessários para chegarmos onde queremos. Nesta sólida trajetória, que já dura 46 anos, a Forluz busca se reinventar a cada dia, pautada pelos princípios da ética e da transparência. E, principalmente, pela manutenção da confiança de seus mais de 22 mil participantes.

José Ribeiro Pena Neto

Presidente da Forluz





Praça Sete

PRINCÍPIOS

MISSÃO

Oferecer segurança financeira para garantir o futuro dos nossos participantes, gerindo planos de previdência complementar com eficácia e eficiência, oferecendo soluções flexíveis adequadas às suas necessidades e alinhadas aos objetivos estratégicos das patrocinadoras.

VISÃO

Ser referência na Gestão de Planos Previdenciários com solidez e perenidade.



MEMBROS DOS COLEGIADOS

CONSELHO DELIBERATIVO

De 01/01/2017 até 31/12/2017

Titulares

Leonardo George de Magalhães (Presidente)
Eduardo Costa Vasconcelos
Nelson Benício Marques Araújo
João Wayne Oliveira Abreu
Guilherme de Andrade Ferreira
José Renato de Carvalho Barbosa

Suplentes

Helton Diniz Ferreira
Luiz Augusto Barcellos Almeida
Mauro Marinho Campos
Flávio Marcos Alves Juste
Angela Maria de Oliveira Souza
Marcos Túlio Silva

CONSELHO FISCAL

De 01/01/2017 até 31/12/2017

Titulares

William Brandão Gomes (Presidente)
Nicácio Pereira da Silva
Emílio Luiz Cáfaró
Mário Lúcio Braga

Suplentes

Carlos José Camilo Generoso
Luiz Carlos Sperandio Nogueira
Mirian Paula Ferreira Rodrigues
Ubirajara Nery Ferreira

DIRETORIA EXECUTIVA

De 01/01/2017 a 21/02/17

José Ribeiro Pena Neto
Presidente
Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Segurança e Gestão
Rodrigo Eustáquio Barbosa Barata
Diretor de Investimentos e Controle
Vanderlei Toledo
Diretor de Relações com Participantes
Marcos Barroso de Resende
Suplente do Diretor de Relações com Participantes

De 21/02/2017 a 23/04/17

José Ribeiro Pena Neto
Presidente e Diretor de Segurança e Gestão Interinamente
Rodrigo Eustáquio Barbosa Barata
Diretor de Investimentos e Controle
Vanderlei Toledo
Diretor de Relações com Participantes
Marcos Barroso de Resende
Suplente do Diretor de Relações com Participantes

De 24/04/2017 até 31/12/2017

José Ribeiro Pena Neto
Presidente
Mônica Costa de Siqueira
Diretora de Segurança e Gestão
Rodrigo Eustáquio Barbosa Barata
Diretor de Investimentos e Controle
Vanderlei Toledo
Diretor de Relações com Participantes
Marcos Barroso de Resende
Suplente do Diretor de Relações com Participantes



Mercado Central

ATIVIDADES REALIZADAS

CONSELHO DELIBERATIVO

O conselho se reuniu onze vezes, em 2017, e deliberou ou avaliou, entre outros, os seguintes assuntos:

- Adesão de patrocinadoras ao Plano Taesaprev
- Adesão Forluz ao código de Autorregulação em Governança de Investimentos
- Aprovação das Demonstrações Financeiras de 2016
- Aprovação do mapa estratégico da Fundação
- Aprovação do TAC Desenquadramento Passivo da Carteira de Imóveis do Plano A
- Aprovação dos estudos técnicos das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras - Avaliação Atuarial 2017 e Taxa de Convergência
- Constituição do Grupo de Trabalho para venda de ativos imobiliários
- Contratação de auditoria externa das Demonstrações Financeiras

- Contratação de empresa para segunda opinião atuarial
- Contratação de empresa para desenvolvimento do novo Sistema ERP
- Eleição do Presidente e Diretor de Seguridade e Gestão
- Estratégia para redução do contencioso
- Execução do Plano de Auditoria
- Inclusão da Forluz entra as Entidades Sistemicamente Importantes
- Metas Corporativas Forluz 2018
- Orçamento 2018
- Pesquisa de Satisfação 2017
- Plano de equacionamento do déficit Plano A, referente a 31.12.2016
- Política de classificação de documentos
- Política de Investimentos 2018
- Política legal de Contratos
- Política Orçamentária
- Posse de novos membros do Comitê de Conduta e Ética da Forluz
- Regimento do Comitê de Investimentos
- Regulamento para Eleição de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e DRP da Forluz
- Relatório de Controles Internos
- Revisão da Política de Contratação de Serviços e Aquisições
- Segregação real da carteira de empréstimos
- Taxa de administração dos Planos A, B e Taesaprev

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal se reuniu onze vezes, em 2017, analisou os resultados de 2016, atas do Comitê de Investimentos, relatórios mensais de atividades, resultados financeiros obtidos na aplicação dos ativos dos planos A e B. Também, conforme disposto na Resolução GCPC 13/2004, analisou a estrutura de controles internos da Forluz e, após a inclusão dos planos de ação da Diretoria Executiva, emitiu o Relatório de Controles Internos com as conclusões, recomendações e manifestações, que foi posteriormente encaminhado para conhecimento do Conselho Deliberativo.

DIRETORIA EXECUTIVA

A diretoria se reuniu 25 vezes, em 2017, para diversas resoluções que trataram de assuntos administrativos e técnicos, com destaque para:

- Alteração do regimento dos Comitês de Investimento e ALM
- Apresentação do Demonstrativo Atuarial e Demonstrações Financeiras de 2016
- Aprovação das hipóteses atuariais para envio ao Conselho Deliberativo
- Constituição do Comitê de Estratégia de Alocação de Ativos
- Contratação da 2ª etapa do Planejamento Estratégico
- Contratação de Desenvolvimento de Sistema Jurídico
- Diretrizes de treinamento e desenvolvimento
- Estratégia de redução do contencioso previdenciário
- Manual de Elaboração de Normas
- Medidas para recuperação de empréstimos inadimplidos
- Metas Gerenciais 2018
- Normativo de Investimentos e Regime de Alçadas
- Orçamento para 2018
- Planejamento Estratégico
 - Acompanhamento dos Planos de Ação das auditorias realizadas
 - Metas Forluz 2018
 - Validação de Indicadores
- Primarização do Atendimento Telefônico da Forluz (Call Center)
- Proposta ao Conselho Deliberativo de alteração no Manual de Organização
- Proposta ao Conselho Deliberativo de contratação de segunda opinião atuarial
- Regulamento de Empréstimos
- Relatórios das auditorias de pagamentos e empréstimo – Planos de Ação
- Retrofit do Edifício Júlio Soares
- Revisão do Plano das Atividades – Auditoria Interna
- Segunda análise crítica do Sistema de Gestão de Riscos

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Composto por nove membros, entre diretores e gerentes, o Comitê de Investimentos se reúne – semanalmente – para definir os critérios de aplicações, analisar investimentos e decidir a melhor maneira de gerir os recursos dos participantes, obedecendo à Política de Investimentos definida pelo Conselho Deliberativo. Em 2017, foram realizadas 40 reuniões.

COMITÊ DE CONDUTA E ÉTICA

O Comitê de Conduta e Ética é composto por cinco membros efetivos e igual número de suplentes, nomeados pelo Conselho Deliberativo da Fundação, com mandatos de três anos, vedada a recondução, contando com a participação de um membro da Assessoria de Compliance sem direito a voto. Dentre os membros indicados pelos conselheiros Deliberativos e Fiscais representantes dos participantes, pelo menos um membro e seu respectivo suplente devem ser participantes assistidos, fato que visa preservar o princípio de representação de ativos e assistidos. Os integrantes do Comitê precisam ser participantes da Forluz e não são remunerados pelo exercício do cargo.

Em 2017, foram realizadas duas reuniões, com destaque para:

- Posse dos novos membros do Comitê de Conduta e Ética;
- Canal de denúncias – alteração do nome, novas denúncias e fluxos decisórios;
- Definição do calendário mínimo de reuniões;
- Esclarecimentos da Diretoria de Seguridade e Gestão



Parque Municipal

DESTAQUES

FORLUZ CONQUISTA CERTIFICAÇÃO EM GESTÃO DE RISCOS

Em julho de 2017, a Forluz conquistou a Certificação NBR 31000, totalmente aderente à ISO 31000, norma internacional de gestão de riscos, utilizada por mais de 60 países. A empresa Bureau Veritas Certification realizou auditoria na Fundação e comprovou que os processos adotados pela Entidade estão em conformidade com as exigências estabelecidas pela referida norma.

O projeto da certificação teve início em dezembro de 2015 e envolveu toda a equipe. Audenício Pereira foi o auditor responsável por avaliar os documentos e procedimentos da Forluz. Ao final do trabalho, ele comunicou a Diretoria e o corpo técnico sobre a recomendação para a certificação. Este certificado é válido por um ano.

O gerente da Assessoria de Risco, Antônio Carlos Bastos d'Almeida, destacou o papel de todos na identificação, análise e tratamento dos riscos na Entidade. "A gestão de riscos deve estar em nossa cultura de trabalho todos os dias. Ficamos muito satisfeitos com o resultado e, mais importante ainda que nos certificarmos, é seguir atendendo às recomendações recebidas", declarou.



APLICATIVO DA FUNDAÇÃO É LANÇADO

Focada em oferecer novas ferramentas de comunicação e informação aos seus participantes, a Forluz lançou, em setembro de 2017, seu aplicativo para smartphones. O app da Fundação é gratuito e disponibilizado para os sistemas operacionais Android e iOS.

Nele, o participante encontra os principais serviços já disponíveis no Portal Forluz, como saldo da conta, dados pessoais, simuladores de benefícios e empréstimos, entre outros. Tudo isso acessível a qualquer momento, onde o usuário estiver. O gerente de Tecnologia da Informação da Entidade, Cristiano Freitas, explica que o aplicativo levou cerca de dez meses para ser finalizado. As métricas do site e entrevistas realizadas com participantes nortearam o projeto. A proposta era atender às necessidades dos usuários por meio de uma plataforma simples, atrativa e funcional. "Hoje, um terço do público do nosso Portal usa o celular como meio de acesso. O nosso app entrega tudo o que o Autoatendimento tem, mas com uma experiência completamente diferente, já que foi pensado especificamente para o dispositivo móvel, proporcionando maior agilidade na navegação", destaca Cristiano.

Segurança e transparência

Para garantir a segurança das informações, o aplicativo exige login e senha sempre que for iniciado. Estas credenciais são as mesmas já usadas para entrar na Área do Participante, no Portal. Logo na primeira tela, o usuário tem uma visão geral sobre os principais dados relacionados ao seu plano de benefícios, tais como perfil de investimento escolhido, saldo acumulado, regime de tributação e percentual de contribuição.





Estádio Mineirão

GESTÃO DOS PLANOS

PARTICIPANTES

A Forluz encerrou o ano com 22.527 participantes e beneficiários, classificados da seguinte forma:

Quadro de Participantes e Assistidos

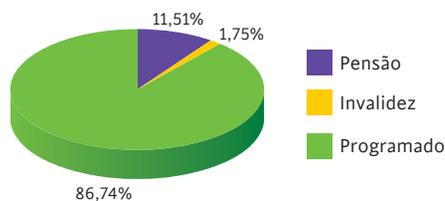
Categoria	Plano A	Plano B	Plano Taesaprev
Em atividade nas patrocinadoras	371	6300	421
Assistidos	8969	6071	
Pensionistas	2270	604	
Licenciados		1	
Autopatrocinaados		67	5
BPD / Aguardando opção		286	57
Total	11610	13329	483

BENEFÍCIOS PAGOS

Plano A

No Plano A, a Forluz realizou pagamentos de benefícios previdenciários no valor de R\$ 686,10 milhões, com a seguinte distribuição por tipo de benefício:

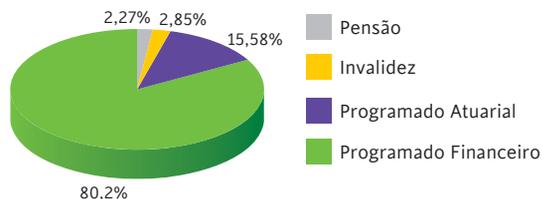
Benefícios Pagos no Plano A - %
2017 (R\$ mi): 686,10



Plano B

No Plano B, a Forluz realizou pagamentos de benefícios previdenciários no valor de R\$ 465,04 milhões, com a seguinte distribuição por tipo de benefício:

Benefícios Pagos no Plano B - %
2017 (R\$ mi): 465,04



ATENDIMENTO

A Forluz possui quatro canais de atendimento disponibilizados para os participantes.

A Central de Atendimento Telefônico funciona de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30. De janeiro a dezembro de 2017, a Central recebeu 43.825 ligações, sendo 81,85% (35.871) atendidas em até 20 segundos com o nível de satisfação de 97%.

O contato dos participantes é possível também pelo e-mail atendimento@forluz.org.br e pelo Fale Conosco disponível no portal da Fundação. Em 2017, foram recebidas 10.940 mensagens por meio desses canais.

O atendimento presencial, estabelecido na sede da Forluz, funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, e atende às demandas de empréstimo, cadastro, folha de pagamento e requerimento de benefícios. Já a orientação previdenciária, com simulações e contagem de tempo, requer agendamento prévio através da Central de Atendimento.

Durante o ano, foram realizados 5.177 atendimentos presenciais e 1.531 orientações previdenciárias.

A pesquisa realizada para avaliar a qualidade do atendimento presencial, nível de conhecimento dos atendentes e conforto das instalações físicas, apresentou nível de satisfação de 99,76%.

Atividades da DRP

A Diretoria de Relações com Participantes realizou, por meio do programa DRP Itinerante, 41 palestras em localidades do interior de Minas Gerais, Belo Horizonte e região metropolitana, afim de orientar os participantes sobre os planos de benefício e estratégias da Fundação. No total, 1448 participantes estiveram presentes nos encontros.

Além disso, 3178 participantes ativos e assistidos foram atendidos pela DRP, pessoalmente na Forluz e durante os eventos externos. Todas as demandas encaminhadas à DRP pelos participantes foram tratadas de maneira individualizada, embora algumas não puderam ser atendidas conforme requeridas em função de vedações regulamentares e estatutárias.

No segundo semestre, dedicou-se quase exclusivamente na discussão, construção e divulgação aos participantes e Entidades, das propostas de alteração do regulamento do Plano B, em substituição à proposta original de criação de um novo plano CD para os novos empregados.

Foi contínuo o acompanhamento do andamento do PLP 268/2016 (que retira participação dos participantes e assistidos nos órgãos de Governança das EFPC como a Forluz).

O DRP também atuou diretamente nos Grupos de Trabalho de empréstimo, Grupo de Trabalho para acompanhamento dos Imóveis, no Comitê de Continuidade do Negócio e no Comitê de Investimentos da Forluz.

Foram estas as principais atividades desenvolvidas pela Diretoria de Relações com Participantes Forluz no ano de 2017.



INVESTIMENTOS

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos da Forluz é um documento que serve para nortear os gestores internos e externos nas decisões dos investimentos em cada plano, através de um processo que evidencie segurança, transparência, prudência e sustentabilidade. Por meio dos resumos, é possível verificar os aspectos mais relevantes de cada plano, sendo eles a taxa mínima atuarial e os limites permitidos em cada tipo de investimento. Os resumos da Política de Investimentos podem ser conferidos no portal, no item Investimentos, e em seguida “Política de Investimentos”.

CENÁRIO ECONÔMICO

RETROSPECTIVA MACROECONÔMICA DE 2017

O ano de 2017 foi marcado pela retomada do crescimento econômico, após dois anos de forte queda na atividade. Por outro lado, o país ainda enfrenta muitos desafios, principalmente no lado fiscal em que o déficit primário significativo ainda parece sem solução definitiva. Ficam destacados a aprovação da reforma trabalhista, mudanças no BNDES, e o processo de aprovação da reforma da Previdência, fundamental para o ajuste.

O indicador de destaque foi o índice de inflação, medido pelo IPCA/IBGE, que caiu de um número próximo de 11% em 2015 – para 2,95% em 2017. Isso foi alcançado com uma política monetária restritiva, tendo o Banco Central levado a taxa Selic para 14,25% ao ano. Por outro lado, com o ajuste dos preços administrados quase finalizado, e com a super safra agrícola, os juros puderam ser substancialmente reduzidos durante o ano, encerrando em 7% a.a., menor patamar desde a sua criação.

No mercado financeiro, após um início positivo, porém conturbado, os preços dos ativos se comportaram muito bem, fechando o ano com resultado positivo. O dólar fechou o ano valendo R\$ 3,30, ante R\$ 3,25 no encerramento do ano anterior. O Ibovespa, principal índice acionário do mercado brasileiro, manteve a empolgação, após o mercado entender que as empresas ajustaram suas estruturas de custo, e que estavam prontas para retomar o crescimento dos lucros. O ano encerrou com valorização de 26,8%, estabelecendo novo recorde de pontos.

O ano de 2017 indicou ser a virada de chave para a economia brasileira, e 2018 aponta para um cenário mais promissor, com crescimento econômico mais substancial, manutenção da inflação abaixo da meta e juros estáveis. Por outro lado, por ser um ano eleitoral, será necessária cautela com um aumento de volatilidade. O cenário externo continua favorável, mas com riscos maiores

na inflação e juros. Os desafios da economia continuam, como o equacionamento do déficit fiscal, e principalmente a geração de emprego e renda.

PLANOS A E B

O grande destaque do ano foi o segmento de Renda Variável. Após dois anos de forte recessão, o ano começou com a expectativa de reversão da deterioração econômica e do avanço das reformas em função do cenário político. A melhora do cenário permitiu um aumento gradativo na exposição ao segmento de renda variável e a um mix de gestores com carteira de alta qualidade e fundamento para o longo prazo, permitindo um bom resultado para a carteira de investimentos da Forluz.

A tabela abaixo demonstra o resultado nominal por segmento de aplicação.

A rentabilidade apurada pelo Plano A, de 10,42% no ano, superou a meta

Resultado nominal por segmento de aplicação em 2017

Segmento	Plano A	Plano B
Renda Fixa	10,26%	8,95%
Renda Variável	24,95%	24,56%
Investimentos Estruturados	4,57%	-3,99%
Investimentos no Exterior*	1,64%	1,64%
Empréstimos	9,88%	9,88%
Imóveis	8,21%	7,13%
Total	10,42%	9,77%
RMA - Rentabilidade Mínima Atuarial	9,12%	8,41%

*de outubro à dezembro

atuarial no ano, que foi de 9,12%. Além dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável que apresentaram resultados significativos de 10,26% e 24,95%, respectivamente, o segmento de empréstimo aos participantes também superou a meta atuarial, tendo obtido um retorno de 9,88%.

No Plano B, a rentabilidade do ano, de 9,77% ficou acima da meta atuarial, que foi de 8,41%. O segmento de Renda Variável apresentou uma rentabilidade de 24,56% e o de Renda Fixa de 8,95%. Já o segmento de Empréstimo teve retorno de 9,88%.

Em outubro retomamos o investimento no exterior, através de fundos de renda fixa e multimercados, com ampla diversificação geográfica. Optou-se por veículos que trocam a variação cambial pelo CDI, que julgamos serem favoráveis em um momento de juros baixos. Os perfis de investimentos apresentaram a seguinte rentabilidade no ano de 2017:

Perfil	Plano B
Ultraconservador	8,96%
Conservador	10,11%
Moderado	11,84%
Agressivo	14,68%

PLANO TAESAPREV

O Plano Taesaprev, iniciado em maio de 2012, apresentou um retorno de 12,78%, o equivalente a 128,78% do CDI no período. Por ser um plano de Contribuição Definida não existe meta atuarial estipulada, tendo como parâmetro de rentabilidade o CDI. O principal destaque foi o segmento de Renda Variável que obteve um desempenho de 24,02%. Assim, os perfis de investimentos que estavam mais expostos a ações (segmento de maior risco) tiveram maior retorno.

Veja abaixo o desempenho das carteiras e perfis de investimentos nas tabelas abaixo:

Segmento de aplicação financeira	Rentabilidade no ano de 2017
Renda Fixa	11,05%
Renda Variável	24,02%
Investimentos no exterior	1,69%
Empréstimos	9,90%
Total	12,78%

Perfis de investimento	TaesaPrev
Ultraconservador	10,99%
Conservador	11,96%
Moderado	13,51%
Agressivo	16,25%



PERFIS DE INVESTIMENTO

CARACTERÍSTICAS

PERFIL ULTRACONSERVADOR

Nele, a carteira de investimentos é composta por títulos de renda fixa públicos e privados, imóveis e empréstimos. É o perfil para os participantes que preferem tomar o mínimo risco. Atende a quem não deseja que sua conta de aposentadoria tenha qualquer parcela aplicada em renda variável (ações, participações e fundos estruturados).

PERFIL CONSERVADOR

Oferece mais segurança para o investidor do que os perfis moderado e agressivo, mas tem perspectiva de rentabilidade mais modesta. É voltado para quem é conservador, mas admite algum nível de risco. Neste perfil, a carteira de investimentos é composta por títulos de renda fixa públicos e privados, imóveis e empréstimo e até 10% em renda variável (ações, participações e fundos estruturados).

PERFIL MODERADO

Visa obter maior rentabilidade, sendo um pouco mais arriscado que o perfil anterior, apresentando, por isso, maior oscilação em sua cota. É indicado para quem prefere correr um pouco mais de risco na expectativa de melhor retorno. A carteira é composta por títulos de renda fixa públicos e privados (as taxas pré ou pós-fixadas) imóveis e empréstimos e até 25% em renda variável (ações, participações e fundos estruturados).

PERFIL AGRESSIVO

É o tipo de investimento para quem não se importa em correr muito risco na tentativa de obter alta rentabilidade. Esse é o investidor típico de renda variável, pois aceita grande quantidade de risco, inclusive eventuais perdas de capital. Quem escolhe esse perfil é movido pela expectativa de retorno acima da média no longo prazo. A carteira do perfil agressivo é composta por títulos de renda fixa públicos e privados (a taxas pré e/ou pós-fixadas), imóveis e empréstimos e até 50% em renda variável (ações, participações e fundos estruturados).

RISCOS INERENTES

Em função da forma como os perfis de investimento foram implantados na Forluz, baseada em percentuais diferenciados de uma mesma carteira de títulos de renda variável, os riscos inerentes ao mercado acionário são os mesmos para todos os perfis oferecidos. O que difere é o nível de exposição a risco de cada perfil.



DEMONSTRATIVOS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - DI

O Resumo do Demonstrativo de Investimentos entregue mensalmente à Previc foi elaborado para os Planos A (Saldado), B (Misto) e Plano Taesaprev, bem como para o Plano de Gestão Administrativa, na data base de 31 de dezembro de 2017, comparativamente a 2016.

Por meio deste demonstrativo é possível verificar que a Forluz seguiu as determinações da sua Política de Investimentos e da legislação, principalmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.792/2009, bem como no controle e custódia dos investimentos. Foram observados os limites de aplicações em cada um dos segmentos do mercado financeiro, abaixo discriminados.

Estes investimentos foram registrados nas demonstrações financeiras da Forluz, submetidas a auditoria externa da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, e aos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

a) Renda Fixa: são investimentos contratados a taxas pré ou pós-fixadas com o Governo Federal, entidades privadas e instituições financeiras, tais como: debêntures, certificados de depósitos bancários, aplicações em cotas de fundos de investimentos, Notas do Tesouro Nacional e depósitos a prazo com garantia especial.

b) Renda Variável: são investimentos efetuados em ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) no mercado de ações, por meio direto ou através de fundos de investimentos .

c) Investimentos estruturados: são investimentos em fundos de investimentos em participações ("private equity") e empresas emergentes.

d) Investimentos no exterior: são investimentos em fundos aplicados no exterior.

e) Investimentos imobiliários: são imóveis alugados para terceiros ou para as patrocinadoras.

f) Empréstimos a participantes: são empréstimos aos participantes e assistidos.

g) Disponível/Contas a pagar: são valores do disponível e do passivo exigível operacional dos investimentos.



Plano "A" - Saldado

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	Dezembro/2017		Dezembro/2016	
	Valores - R\$ mil	%	Valores - R\$	%
Renda Fixa	4.193.631	71,01	4.281.075	73,20
Renda Variável	403.887	6,84	248.812	4,25
Investimentos Estruturados	257.619	4,36	352.599	6,03
Investimentos no Exterior	65.639	1,11	-	0,00
Investimentos Imobiliários	658.269	11,15	633.755	10,84
Empréstimos a Participantes	326.449	5,53	331.924	5,68
Total dos Investimentos	5.905.494	100,00	5.848.165	100,00
Disponível/Contas a pagar	-522	-	-556	-
Total dos Recursos Garantidores	5.904.972	100,00	5.847.609	100,00

Segmento	Política de Investimentos - 2017		Limites Resolução CMN 3792	Alocação
	Limite Mínimo - %	Limite Máximo - %	%	%
Renda Fixa	47,00	100,00	100,00	71,01
Renda Variável	0,00	10,00	70,00	6,84
Investimentos Estruturados	0,00	15,00	20,00	4,36
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	10,00	1,11
Investimentos Imobiliários	0,00	8,00	8,00	11,15
Empréstimos a Participantes	0,00	15,00	15,00	5,53

*Em dezembro de 2017, os investimentos classificados no segmento de imóveis do Plano A ultrapassaram o limite legal para alocação de recursos garantidores, estabelecido no artigo 39 da Resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, em decorrência de sua valorização face aos demais segmentos. Em função do desenquadramento passivo da carteira de imóveis do Plano Saldado de Benefícios – Plano A – CNPB 1997.0028-92, a FORLUZ submeteu à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o Termo de Ajustamento de Conduta –TAC, se comprometendo a solucionar o desenquadramento, seja mediante alienação de parte dos imóveis que integram a carteira, ou pela subscrição de capital de sociedade empresária ou fundo de investimento, no prazo de 24 meses após publicação do extrato do TAC no Diário Oficial da União. Em 04 de janeiro de 2017, a Diretoria Colegiada (DICOL) da PREVIC aprovou, por unanimidade, a proposta apresentada no TAC, sendo que o extrato foi publicado no Diário Oficial da União em 13 de fevereiro de 2017.

Rentabilidades por Segmento

Segmento	Rentabilidade	Indicador de Referência	
Renda Fixa*	10,26%	IPCA (IBGE) + 7,02%	10,18%
Renda Variável	24,95%	IBOVESPA + 2,00%	29,40%
Investimentos Estruturados	4,57%	IPCA (IBGE) + 10,15%	13,40%
Investimentos no Exterior**	1,64%	CDI (MSCI-World)	1,51%
Investimentos Imobiliários	8,21%	IPCA (IBGE) + 6,00%	9,12%
Empréstimos a Participantes	9,88%	IPCA (IBGE) + 6,58%	9,72%
Carteira Geral do Plano "A"	10,42%	IPCA + 6,93%	10,08%

*Os investimentos em Renda Fixa estão classificados em "Títulos mantidos até vencimento".

**Compreende fundos no exterior com características de Renda Fixa, comparando-se ao CDI no período de outubro a dezembro de 2017.

Gestão Terceirizada - Plano A	R\$	%
Fundos Renda Fixa	3.285.042	55,63
Fundos Renda Variável	386.821	6,55
Fundos Estruturados	257.619	4,36
Fundos no Exterior	65.639	1,11
Outros Fundos (FIDC)	15.459	0,26
Total da Gestão Terceirizada	4.010.580	67,91
Total do Plano	5.905.494	100,00

Custos dos Investimentos - 2017

Descrição	R\$
Taxa de Administração	3.021
Impostos/Taxas/Corretagens/Outras	257
Custódia	778
Auditoria	18
Total	4.074
% em relação aos Rec. Garantidores	0,071%

Plano "B" - Misto

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	Dezembro/2017		Dezembro/2016	
	Valores - R\$ mil	%	Valores - R\$	%
Renda Fixa	7.589.287	83,11	7.242.867	84,19
Renda Variável	716.976	7,85	465.303	5,41
Investimentos Estruturados	46.808	0,51	198.324	2,31
Investimentos no Exterior	65.639	0,72	0	0,00
Investimentos Imobiliários	214.291	2,35	210.425	2,45
Empréstimos a Participantes	498.935	5,46	485.605	5,64
Total dos Investimentos	9.131.936	100,00	8.602.524	100,00
Disponível/Contas a pagar	-48	-	78	-
Total dos Recursos Garantidores	9.131.888	100,00	8.602.602	100,00

Segmento	Política de Investimentos - 2017		Limites Resolução CMN 3792	Alocação
	Limite Mínimo - %	Limite Máximo - %	%	%
Renda Fixa	52,00	100,00	100,00	83,11
Renda Variável	0,00	10,00	70,00	7,85
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	20,00	0,51
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	10,00	0,72
Investimentos Imobiliários	0,00	8,00	8,00	2,35
Empréstimos a Participantes	0,00	15,00	15,00	5,46

Rentabilidades por Segmento

Segmento	Rentabilidade	Indicador de Referência	
Renda Fixa*	8,95%	IPCA (IBGE) + 6,18% aa	9,31%
Renda Variável	24,56%	IBOVESPA + 2,00% aa	29,40%
Investimentos Estruturados	-3,99%	IPCA (IBGE) + 10,11% aa	13,36%
Investimentos no Exterior**	1,64%	CDI (MSCI-World)	1,51%
Imóveis	7,13%	IPCA (IBGE) + 6% aa	9,13%
Empréstimos a Participantes	9,88%	IPCA (IBGE) + 6,58 aa	9,72%
Carteira Geral do Plano "B"	9,77%	IPCA + 6,42%	9,56%

*Os investimentos em Renda Fixa estão classificados em "Títulos mantidos até vencimento"

**Compreende fundos no exterior com características de Renda Fixa, comparando-se ao CDI no período de outubro a dezembro de 2017.

Gestão Terceirizada - Plano B	R\$	%
Fundos Renda Fixa	2.967.652	32,50
Fundos Renda Variável	705.234	7,72
Fundos Estruturados	46.808	0,51
Fundos no Exterior	65.639	0,72
Outros Fundos (FIDC)	48.930	0,54
Total da Gestão Terceirizada	3.834.263	41,99
Total do Plano	9.131.936	100,00

Custos dos Investimentos - 2016

Descrição	R\$ mil
Taxa de Administração	3.541
Impostos/Taxas/Corretagens/Outras	318
Custódia	1.196
Auditoria	25
Total	5.080
% em relação aos Rec. Garantidores	0,06%

Plano "Taesaprev"

Distribuição dos Investimentos por Segmento

Segmento	Dezembro/2017		Dezembro/2016	
	Valores - R\$ mil	%	Valores - R\$	%
Renda Fixa	23.251	79,48	17.503	80,53
Renda Variável	4.279	14,63	3.003	13,82
Investimentos no Exterior	237	0,81	0	0,00
Empréstimos a Participantes	1.488	5,09	1.228	5,65
Total dos Investimentos	29.255	100,00	21.734	100,00
Disponível/Contas a pagar	92	-	18	-
Total dos Recursos Garantidores	29.347	100,00	21.752	100,00

Segmento	Política de Investimentos - 2017		Limites Resolução CMN 3792	Alocação
	Limite Mínimo - %	Limite Máximo - %	%	%
Renda Fixa	25,00	100,00	100,00	79,48
Renda Variável	0,00	50,00	70,00	14,63
Investimentos Estruturados	0,00	5,00	20,00	0,00
Investimentos no Exterior	0,00	5,00	10,00	0,81
Empréstimos a Participantes	0,00	15,00	15,00	5,09

Rentabilidades por Segmento

Segmento	Rentabilidade	Indicador de Referência	
Renda Fixa*	11,05%	IPCA(IBGE) + 5,63% aa	8,75%
Renda Variável	24,02%	IBOVESPA + 2,00% aa	29,40%
Investimentos no Exterior**	1,69%	CDI (MSCI-World)	1,51%
Empréstimos a Participantes	9,90%	IPCA (IBGE) + 6,58 aa	9,72%
Carteira Geral Taesaprev	12,78%	IPCA(IBGE) + 6,13%	9,26%

*Os investimentos em Renda Fixa estão classificados em "Títulos mantidos até vencimento"

**Compreende fundos no exterior com características de Renda Fixa, comparando-se ao CDI no período de outubro a dezembro de 2017.

Gestão Terceirizada - Taesaprev	R\$	%
Fundos Renda Fixa	20.436	69,85
Fundos Renda Variável	4.279	14,63
Fundos no Exterior	237	0,81
Outros Fundos (FIDC)	200	0,68
Total da Gestão Terceirizada	25.152	85,98
Total do Plano	29.255	100,00

Custos dos Investimentos - 2017

Descrição	R\$
Taxa de Administração	8
Impostos/Taxas/Corretagens/Outras	1
Total	9
% em relação aos Rec. Garantidores	0,03%

Plano "PGA" - Gestão Administrativa**Distribuição dos Investimentos por Segmento**

Segmento	Dezembro/2017		Dezembro/2016	
	Valores - R\$ mil	%	Valores - R\$	%
Renda Fixa	16.568	100,00	17.323	100,00
Total dos Investimentos	16.568	100,00	17.323	100,00
Disponível/Contas a pagar	295	-	38	-
Total dos Recursos Garantidores	16.863	100,00	17.361	100,00

Segmento	Política de Investimentos - 2017		Limites Resolução CMN 3792	Alocação
	Limite Mínimo - %	Limite Máximo - %	%	%
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00	100,00

Rentabilidade por Segmento

Segmento	Rentabilidade	Indicador de Referência
Carteira Geral do Plano	10,06%	99% CDI

Gestão Terceirizada - PGA	R\$	%
Fundos Renda Fixa	16.568	100,00
Total da Gestão Terceirizada	16.568	100,00
Total do Plano	16.568	100,00

Custos dos Investimentos - 2017

Descrição	R\$
Impostos/Taxas/Corretagens/Outras	24
Custódia	28
Total	52
% em relação aos Rec. Garantidores	0,31%

Despesas relativas à Administração dos Investimentos - R\$ mil - 2017

Descrição	R\$
Pessoal e encargos	3.593
Serviços de terceiros	250
Despesas gerais	23
Depreciações e amortizações	3
Total	3.869



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras, elaboradas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as práticas contábeis brasileiras, foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S, e aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Forluz.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 27 de março de 2018, após avaliação do Conselho Fiscal.

As demonstrações completas estão disponíveis no portal, na página inicial, menu Investimentos, sob o título “Demonstrações Financeiras”. A seguir, você confere os balanços patrimoniais por plano de benefício.

<http://ww.forluz.org.br/Investimentos/DemonstracoesFinanceiras.aspx>

BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO A EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
Disponível	288	285	Exigível operacional	9.432	9.201
			Gestão previdencial	9.134	8.920
Realizável	7.025.709	6.939.018	Investimentos	298	281
Gestão previdencial	1.109.999	1.079.894	Exigível contingencial	29.787	34.125
			Gestão previdencial	29.275	33.565
Gestão administrativa	10.216	10.959	Investimentos	512	560
Investimentos	5.905.494	5.848.165	Patrimônio social	6.986.778	6.895.977
			Patrimônio de cobertura do plano		
Títulos públicos	789.627	1.030.905	Provisões matemáticas	7.879.008	7.730.662
Créditos privados e depósitos	97.819	122.606	Benefícios concedidos	7.805.651	7.609.836
Ações	17.066	10.917	Benefícios a conceder	73.357	120.826
Fundos de investimento	4.016.264	3.718.058	Equilíbrio técnico	(907.926)	(850.373)
Investimentos imobiliários	651.457	627.604	Resultados realizados	(907.926)	(850.373)
Empréstimos	326.449	331.924	(-) Déficit técnico acumulado	(907.926)	(850.373)
Depósitos judiciais - recursais	246		Fundos	15.696	15.688
Outros realizáveis	6.566	6.151	Fundo administrativo	10.215	10.959
			Fundo de investimento	5.481	4.729
Total do ativo	7.025.997	6.939.303	Total do passivo	7.025.997	6.939.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO B
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
Disponível	262	437	Exigível operacional	8.276	5.105
			Gestão previdencial	7.986	4.774
			Investimentos	290	331
Realizável	9.167.362	8.644.266	Exigível contingencial	5.832	8.242
			Gestão previdencial	5.812	8.215
Gestão previdencial	26.651	32.029	Investimentos	20	27
			Patrimônio social	9.153.516	8.631.356
Gestão administrativa	8.775	9.713	Patrimônio de cobertura do plano		
			Provisões matemáticas	9.085.830	8.605.852
Investimentos	9.131.936	8.602.524	Benefícios concedidos	4.592.781	3.369.872
			Benefícios a conceder	4.493.049	5.235.980
Títulos públicos	4.470.561	4.085.590	Equilíbrio técnico	(7.185)	(43.138)
Créditos privados e depósitos	93.457	110.587	Resultados realizados	(7.185)	(43.138)
Ações	11.742	5.559	(-) Déficit técnico acumulado	(7.185)	(43.138)
Fundos de investimento	3.842.950	3.704.758			
Investimentos imobiliários	214.291	210.425	Fundos	74.871	68.642
Empréstimos	498.935	485.605	Fundo previdenciais	57.718	52.010
			Fundo administrativo	8.775	9.713
			Fundo de investimento	8.378	6.919
Total do ativo	9.167.624	8.644.703	Total do passivo	9.167.624	8.644.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL - PLANO TAESAPREV
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (em milhares de reais)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
Disponível	93	18	Exigível operacional	113	158
			Gestão previdencial	112	157
			Investimentos	1	1
Realizável	29.272	21.741			
Gestão previdencial	16	4	Patrimônio social	29.252	21.601
Gestão administrativa	1	3			
Investimentos	29.255	21.734	Provisões matemáticas	29.226	21.581
Títulos públicos	490	-	Benefícios a conceder	29.226	21.581
Créditos privados e depósitos	2.099	924	Fundos	26	20
Fundos de investimento	25.178	19.582	Fundo administrativo	1	3
Empréstimos	1.488	1.228	Fundo de investimento	25	17
Total do ativo	29.365	21.759	Total do passivo	29.365	21.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RESPONSÁVEIS

Nome	Tipo
José Ribeiro Pena Neto CPF: 202.407.326-34 (Administ. Responsável pelos Planos de Benefícios (ARPB) da Forluz)	Presidente
Rodrigo Eustáquio Barbosa Barata CPF: 401.176.696-87 (Administ. Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) da Forluz)	Diretor de Investimentos e Controle
Alessandra Campos Pereira CPF: 031.624.556-93 – CRC-MG 077151/O-3	Gerente de Controladoria e Finanças
Ernst & Young CRC-2SP015199/O-6	Audidores Independentes





Vida noturna de Belo Horizonte

PARECER ATUARIAL

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

PLANO A

A avaliação atuarial da FORLUZ em 31 de dezembro de 2017, elaborada por atuário interno, responsável técnico do plano, indicou a existência de Déficit Técnico Contábil de R\$ 907,9 milhões. Deduzindo da mencionada quantia o ajuste de precificação de ativos no valor de R\$ 311,2 milhões, em conformidade com a Resolução CNPC nº 22/15, o Plano A encerrou o ano de 2017 com déficit atuarial (déficit técnico após ajuste de precificação) no valor de R\$ 596,7 milhões, equivalente a 7,57% das reservas matemáticas.

Conforme dispõe a legislação citada acima, caso o “déficit do plano apurado após a precificação” ultrapasse o “limite de déficit técnico” (vide reprodução abaixo), deverá ser elaborado plano de equacionamento até o final do exercício subsequente, aprovado pelo Conselho Deliberativo:

Limite de Déficit Técnico = $1\% \times (\text{duração passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$

Desse modo, tem-se para fins de equacionamento o montante de R\$ 178,3 milhões, conforme demonstrado abaixo.

$$\text{Déficit Técnico após ajuste da precificação} - \text{Limite de Déficit Técnico} = \text{Déficit a ser Equacionado}$$
$$R\$ 596.703.747,05 - 1\% \times (9,31 - 4) \times R\$ 7.879.008.056,86 = \mathbf{R\$ 178.328.419,23}$$

Adicionalmente, informamos que a rentabilidade anual alcançou 10,4216%, ou seja, 1,1889% acima meta atuarial que foi de 9,1242%.

PLANO B

A avaliação atuarial da FORLUZ em 31 de dezembro de 2017, elaborada por atuário interno, responsável técnico do plano, indicou a existência de Déficit Técnico Contábil de R\$ 7,1 milhões. Deduzindo da mencionada quantia o ajuste de precificação de ativos no valor de R\$ 68,4 milhões, em conformidade com a Resolução CNPC nº 22/15, o Plano B encerrou o ano de 2017 com superávit atuarial (superávit após ajuste de precificação) no valor de R\$ 61,3 milhões, equivalente a 0,67% das reservas matemáticas atuariamente calculadas.

Considerando o disposto no art. 7º da Resolução CGPC nº 26/08, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Atuarialmente Calculada}$$
$$[10\% + (1\% \times 11,43)] \times R\$ 2.083.270.132,12 = \mathbf{R\$ 446.444.789,31}$$

Considerando que o resultado apurado na presente avaliação atuarial é significativamente menor do que o “limite de contingência” estabelecido na legislação, conclui-se que o resultado positivo do Plano

B deve ser devidamente tratado como “reserva de contingência”, não sendo possível qualquer distribuição de superávit e/ou revisão do custeio em função de tal montante.

Ainda neste Plano, o Fundo de “Cobertura de Risco” alcançou o valor de R\$ 57.718.247,23 (R\$ 52.010.271,76 em 2016).

A rentabilidade auferida em 2017 (9,7713%) foi maior do que meta atuarial de 8,4036% (IPCA + 5,30%). A rentabilidade da parcela atuarial foi de 9,2038%, ou seja, 0,7382% acima da exigência atuarial.

PLANO TAESAPREV

A avaliação atuarial da FORLUZ em 31 de dezembro de 2017, elaborada por atuário interno, responsável técnico do plano, indicou a existência de patrimônio de R\$ 29,2 milhões equivalente ao total dos saldos de conta de aposentadoria dos participantes ativos.

O atuário indicou que a inexistência de déficit ou superávit técnico se dá em função da modalidade de plano (Contribuição Definida), onde os recursos garantidores são equivalentes ao saldo de conta composto pelos participantes.

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS NO ANO

Fonte: DA's dos Planos A e B

PLANO A

1. Avaliação Atuarial – Cadastro

A avaliação atuarial do Plano A (Saldado) referente ao exercício de 2017 foi realizada utilizando os dados cadastrais de novembro/2017 que, após a realização de testes específicos de consistência, foram considerados satisfatórios.

2. Premissas Atuariais

O resultado da avaliação atuarial encontra-se posicionado em 31/12/2017 e se refere às regras/regulamento vigente, aprovado em 10/02/2015, pela Portaria nº 70 da Previc.

A seguir, apresentamos resumo das premissas utilizadas e o comparativo em relação aos parâmetros utilizados na avaliação atuarial anterior:

Hipótese atuarial	Dez/2016	Dez/2017
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Real de Salários	-	-
Fator de Capacidade de Benefício	0,98	0,98
Composição Familiar	Dados Reais	Dados Reais
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	-
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000M	AT 2000M Desag. 10%
Taxa de Juros	6,00%	6,00%

2.1. Premissas Alteradas

2.1.2. Tábua de Entrada em Invalidez

A tábua de entrada em invalidez deve refletir o comportamento demográfico/entrada em invalidez da massa de participantes ativos do Plano A.

Foram utilizadas, para os testes de aderência, as tábuas Álvaro Vindas, Álvaro Vindas Desagravada em 10% e Álvaro Vindas Desagravada em 30%.

Os testes estatísticos demonstram que as tábuas utilizadas foram rejeitadas. Tal situação decorre do fato de que a frequência de entrada de invalidez efetivamente concedida no Plano A foi nula nos últimos seis anos. Consequentemente, a tábua Álvaro Vindas, utilizada no último estudo atuarial, não se mostrou aderente. Tais informações também foram referendadas pela consultoria atuarial externa Mirador, responsável pela emissão de carta de conforto.

Cumpra-se, a esse respeito, que existem 23 (vinte e três) participantes expostos a concessão de aposentadoria por invalidez no Plano A que, em sua grande maioria (19 participantes), são elegíveis à aposentadoria programada normal.

Desse modo, considerando a baixa frequência de expostos e a ocorrência do evento, recomenda-se tecnicamente que esta premissa seja desconsiderada na avaliação atuarial de 2017.

2.1.3. Premissa – Tábua de Mortalidade Geral

A tábua de mortalidade geral deve refletir o comportamento demográfico/entrada massa de participantes válidos do Plano A.

Foram utilizadas, para os testes de aderência, as tábuas AT 2000_M, AT 2000_M Desagravada em 10% e AT 2000_M Desagravada em 20%.

Os testes estatísticos da Forluz, referendados pela consultoria atuarial externa Mirador, demonstram que a tábua AT 2000_M utilizada no último estudo não se mostrou aderente em relação ao comportamento demográfico dos participantes do Plano A.

A tábua AT 2000_M desagravada em 10%, que possui maior longevidade, representa o comportamento demográfico da massa de participantes.

Desse modo, recomenda-se tecnicamente a adequação da tábua de mortalidade geral para AT 2000_M desagravada em 10%.

2.2. Demais premissas

As demais premissas do Plano (taxa de juros, fator de capacidade de benefícios, rotatividade, composição familiar, tábua de mortalidade de inválidos) não sofreram alteração se comparadas às premissas adotadas na última avaliação atuarial.

3. Patrimônio, Provisões, Fundos e Apuração de Resultado para Fins de Equacionamento

3.1. Patrimônio, Provisões Matemáticas, Duration e Ajuste de Precificação

Considerando as premissas, hipóteses e dados mencionados neste parecer, apresentamos os resultados das Provisões Matemáticas, Fundos, Patrimônio de Cobertura do Plano e Ajuste de Precificação, em 31/12/2017:

PLANO A - ITEM	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	6.971.081.926,54
Provisões Matemáticas	7.879.008.056,86
<i>Benefícios Concedidos</i>	7.805.651.521,61
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	7.805.651.521,61
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	6.806.163.338,40
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	999.488.183,21
<i>Benefícios a Conceder</i>	73.356.535,25
Benefício a Conceder Estruturado em Regime de Capitalização	73.356.535,25
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	73.356.535,25
Valor Atual das Contribuições Futuras do Patrocinador	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do participante	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	-907.926.130,32
Resultados Realizados	-907.926.130,32
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	-907.926.130,32
Resultados a realizar	0,00
Fundos	15.696.765,07
Fundo Previdencial	0,00
Fundo Administrativo	10.215.296,24
Fundo de Investimento	5.481.468,83
Ajuste de Precificação - Portaria Previc nº 30/16	311.222.383,27
Déficit Técnico Acumulado após ajuste de precificação	-596.703.747,05

- ▶ A respeito do ajuste de precificação apresentado acima, que montou R\$ 311.222.383,27, cumpre-nos esclarecer que o mesmo foi apurado por meio da utilização da planilha eletrônica obrigatória denominada “Cálculo Duração do Passivo e Ajuste de Precificação”, disponibilizada pela Previc por meio das Portarias nº 79 e 80 de 2018 e em conformidade com a Resolução CNPC n.º 16/14.
- ▶ Também na mencionada planilha disponibilizada pelo órgão fiscalizador, calculou-se a duration (média dos prazos de pagamentos de benefícios líquidos de contribuições, ponderada pelo valor presente dos fluxos) do plano, resultando em 9,31 anos (base de cálculo: 31/12/2017).

3.2. Apuração de Resultado para Fins de Equacionamento de Déficit

Conforme disposto na Resolução CNPC n.º 22/15, que alterou a Resolução CGPC n.º 26/08, caso o “déficit técnico acumulado após ajuste de precificação” ultrapasse o “limite de déficit técnico” constante na mencionada norma (vide formulação abaixo), deverá ser elaborado plano de equacionamento até o final do exercício subsequente, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação:

$$\text{Limite de Déficit Técnico} = 1\% \times (\text{duração passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$$

Desse modo, considerando os resultados e a duration do plano, tem-se o seguinte montante para fins de equacionamento do Plano A:

Déficit Técnico após ajuste da precificação – Limite de Déficit Técnico = Déficit a ser Equacionado

$$R\$ 596.703.747,05 - 1\% \times (9,31 - 4) \times R\$ 7.879.008.056,86 = \mathbf{R\$ 178.328.419,23}$$

Face ao exposto, conclui-se que o déficit técnico a ser equacionado é de R\$ 178.328.419,23 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e dezenove reais e vinte e três centavos).

4. Meta Atuarial

A meta atuarial do Plano A no ano de 2017 atingiu o percentual de 9,1242%, referente ao IPCA-IBGE + 6,00% a.a. Em contrapartida, a rentabilidade do plano foi de 10,4216%, ou seja, 1,1889% acima da exigência atuarial.

5. Custeio Administrativo

Em 2017, a Forluz adotou a taxa de 0,1682% sobre as reservas matemáticas do plano para apuração das contribuições para custeio das despesas administrativas. A partir de 04/2018, o percentual será de 0,1670%, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da 353ª Reunião, realizada no dia 14 de dezembro de 2017.

6. Parecer Atuarial

- Na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual do Plano Saldado de Benefícios Previdenciários da Forluz (Plano A), informamos que o plano se encontra em desequilíbrio atuarial, tendo encerrado o exercício com déficit técnico de R\$ 907.926.130,32 (novecentos e sete milhões novecentos e vinte e seis mil cento e trinta reais e trinta e dois centavos). A natureza do resultado é estrutural;
- Para fins de equacionamento e observando-se a dedução do limite técnico estabelecido pela Resolução CNPC n.º 22/15 e Resolução CGPC n.º 18/06, tem-se o valor MÍNIMO a equacionar de R\$ 178.328.419,23 (cento e setenta e oito milhões trezentos e vinte e oito mil quatrocentos e dezenove reais e vinte e três centavos). Mencionado plano de equacionamento deve ser apresentado até o final do exercício subsequente (no caso, 31/12/2018), tendo como vigência o prazo máximo de 60 (sessenta) dias após aprovação do Conselho Deliberativo.
- Ainda a esse respeito, cumpre-nos frisar que o plano de equacionamento a ser elaborado preservará as necessidades de liquidez e solvência do plano ao longo do tempo, além de observar a real capacidade financeira das patrocinadoras no cumprimento das obrigações a serem assumidas.
- Finalmente, recomenda-se que o Comitê de ALM subsidie a tomada de decisões dos órgãos estatutários, por meio de estudos e simulações de planos de equacionamento ao longo do ano de 2018, observando-se as probabilidades de novos déficits a serem equacionados ou não nos próximos exercícios, de modo que se promova a recuperação do plano previdenciário e seu consequente equilíbrio técnico.

PLANO B

1. Avaliação Atuarial – Cadastro

A avaliação atuarial do Plano B (Misto) – estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV - referente ao exercício de 2017, foi realizada utilizando os dados cadastrais de novembro/2017 para os compromissos com componente atuarial e dezembro/2017 para a parcela financeira que, após a realização de testes específicos, foram considerados consistentes. A avaliação atuarial do Plano B (Misto) - estruturado na modalidade de Contribuição Variável – CV – referente ao exercício de 2017, foi realizada utilizando os dados cadastrais de novembro/2017 para os compromissos com componente atuarial e dezembro/2017 para a parcela financeira que, após a realização de testes específicos, foram considerados consistentes.

2. Premissas Atuariais

O resultado da avaliação atuarial encontra-se posicionado em 31/12/2017 e se refere às regras/regulamento vigente, aprovado em 29/08/2017, pela Portaria nº 828 da Previc e vigente a partir da mesma data.

A seguir, apresentamos resumo das premissas utilizadas e o comparativo em relação aos parâmetros utilizados na avaliação atuarial anterior:

Hipótese atuarial	DEZ/2016	DEZ/2017
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Real de Salários	-	-
Fator de Capacidade de Benefício	98%	98%
Composição Familiar	Dados Reais	Dados Reais
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Des.30%	Winklevoss Des.30%
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas Des.10%	Álvaro Vindas Des. 30%
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 M Des. 20%	AT 2000 M Des. 20%
Taxa de Juros	5,30%	5,30%

2.1. Premissas alteradas

2.1.1 Tábua de Entrada em Invalidez

A tábua de entrada em invalidez deve refletir o comportamento demográfico/entrada em invalidez da massa de participantes ativos do Plano B.

Foram utilizadas para os testes as tábuas Álvaro Vindas desagravada em 10%, Álvaro Vindas desagravada em 20% e Álvaro Vindas desagravada em 30%.

Os dados estatísticos levantados demonstraram que a frequência de entrada de invalidez no Plano B apresentou queda nos últimos anos. Consequentemente, conforme testes estatísticos realizados, a tábua Álvaro Vindas desagravada em 10%, utilizada no último estudo atuarial, não se mostrou aderente.

A tábua Álvaro Vindas desagravada em 30%, que possui menor expectativa de entrada em invalidez se comparada à Álvaro Vindas desagravada em 10%, se mostrou aderente, sendo recomendável, portanto, sua adoção na avaliação atuarial 2017, do Plano B.

Tais testes e resultados, frisamos, foram também referendados pela consultoria atuarial externa Mirador, responsável pela emissão de carta de conforto.

2.2. Premissas não alteradas

As demais premissas utilizadas – taxa de juros, rotatividade, fator de capacidade, composição familiar, tábua de mortalidade geral e tábua de mortalidade de inválidos – não sofreram alteração em relação aos parâmetros utilizados na última avaliação atuarial.

3. Patrimônio, Provisões, Fundos e Apuração de Resultado para Fins de Equacionamento

3.1. Patrimônio, Provisões Matemáticas e Duration

Considerando as premissas, hipóteses e dados mencionados neste parecer, apresentamos os resultados das Provisões Matemáticas, Fundos, Patrimônio de Cobertura do Plano e Ajuste de Precificação, em 31/12/2017:

PLANO B – ITEM	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	9.078.644.677,70
Provisões Matemáticas	9.085.830.140,88
Benefícios Concedidos	4.592.781.036,96
Contribuição Definida	2.509.510.904,83
Saldo de Conta de Assistidos	2.509.510.904,83
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.083.270.132,13
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.580.431.601,93
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	502.838.530,20
<i>Benefícios a Conceder</i>	4.493.049.103,92
Contribuição Definida	4.493.049.103,92
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	1.794.640.767,07
Saldo de Contas - Parcela Participante	2.698.408.336,85
<i>Equilíbrio Técnico</i>	-7.185.463,18
Resultados Realizados	-7.185.463,18
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	-7.185.463,18
Resultados a realizar	0,00
Fundos	74.870.700,25
Fundo Previdencial	57.718.247,23
Fundo Administrativo	8.774.747,11
Fundo de Investimento	8.377.705,91
Ajuste de Precificação - Portaria Previc nº 30/16	68.496.901,90
Superávit Técnico Acumulado após o ajuste de precificação	61.311.438,72

- ▶▶ A respeito do ajuste de precificação apresentado acima, que montou R\$ 68.496.901,90, cumprenos esclarecer que o mesmo foi apurado por meio da utilização da planilha eletrônica obrigatória denominada “Cálculo Duração do Passivo e Ajuste de Precificação”, disponibilizada pela Previc por meio das Portarias nº 79 e 80, de 2018 e em conformidade com a Resolução CNPC nº 16/14.

Também na mencionada planilha disponibilizada pelo órgão fiscalizador, calculou-se a duration (média dos prazos de pagamentos de benefícios líquidos de contribuições, ponderada pelo valor presente dos fluxos) do plano, resultando em 11,43 anos (base de cálculo: 31/12/2017).

3.2. Apuração de Resultado para Fins de Equacionamento de Déficit

Considerando o disposto no art. 7º da Resolução CGPC nº 26/08, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

$$[\text{Limite de Déficit Técnico} = 1\% \times (\text{duração passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}]$$

Face às provisões matemáticas atuarialmente calculadas nesta avaliação no valor de R\$ 2.083.270.132,13 e a duration de 11,43 anos, tem-se como limite de contingência o seguinte montante:

$$[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Atuarialmente Calculada}$$

$$[10\% + (1\% \times 11,43)] \times \text{R\$ } 2.083.270.132,13 = \text{R\$ } 446.444.789,31$$

Considerando que o resultado apurado na presente avaliação atuarial é significativamente menor do que o “limite de contingência” estabelecido na legislação, conclui-se que o resultado positivo do Plano B deve ser devidamente tratado como “reserva de contingência”, não sendo possível qualquer distribuição de superávit e/ou revisão do custeio em função de tal montante.

4. Meta Atuarial

A meta atuarial do Plano B no ano de 2017 atingiu o percentual de 8,4036%, referente ao IPCA-IB-GE + 5,30% a.a. Em contrapartida, a rentabilidade do plano foi de 9,7713% e a rentabilidade da parcela atuarial foi de 9,2038%, ou seja, 0,7382% acima da exigência atuarial.

5. Fundo de Cobertura de Risco

Estabelecido durante o exercício de 2010, originado pelos recursos remanescentes do plano para financiamento dos benefícios de risco. Este fundo será utilizado para abatimento de contribuições futuras dos benefícios de risco e tem seu valor segregado entre os participantes optantes ou não pela regra de cálculo dos benefícios de risco estabelecida pela alteração regulamentar de 24/9/2009.

Em 31/12/2017, o Fundo de Cobertura de Risco montou R\$ 57.718.247,23, sendo R\$ 45.967.887,36 para os participantes optantes e R\$ 11.750.359,87 para os não optantes.

A frequência de entrada em invalidez no Plano B diminuiu nos últimos anos, de 14 (quatorze) ocorrências em 2011 para 4 (quatro) em 2017. Pelo exposto, considerando a redução da utilização do fundo de risco o mesmo se encontra superavitário.

6. Plano de Custeio

O Plano de Custeio de Participantes Ativos do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da Forluz – Plano B é definido em faixas salariais no seu regulamento.

Segue, abaixo, resumo das taxas médias de contribuição em função da folha de participação a serem praticados no exercício de 2017:

Patrocinadoras: 9,03%;
Participantes: 9,93%

* A não paridade decorre das contribuições voluntárias adicionais dos participantes.

Desde janeiro de 2013, o custeio dos benefícios de risco, excluídas as contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas, passou a ser feito conforme a seguir:

■ Optantes pela nova regra de cálculo dos Benefícios de Risco

Em face do saldo existente do fundo e considerando as atuais probabilidades de concessão dos benefícios de MAI e RCM dos ativos, o custo dos benefícios de risco será de 0% (percentual incidente sobre as contribuições normais da patrocinadora) - para os participantes optantes pela nova regra de MAI, já considerando uma margem de segurança para financiar eventuais oscilações no custeio dos benefícios de risco. Em 2017, o custeio foi de 0%.

■ Não optantes pela nova regra de cálculo dos Benefícios de Risco

Também em face do saldo existente do fundo e considerando as atuais probabilidades de concessão dos benefícios de MAI e RCM dos ativos, o custo dos benefícios de risco será de 3,00% (percentual incidente sobre as contribuições normais da patrocinadora) - para os participantes não optantes pela nova regra de MAI, já considerando uma margem de segurança para financiar eventuais oscilações no custeio dos benefícios de risco. Em 2017, o custeio foi de 7,5%.

7. Custeio Administrativo

Em 2017, a Forluz adotou a taxa de 0,1682% sobre as reservas matemáticas do plano para apuração das contribuições para custeio das despesas administrativas. A partir de abril/2018, o percentual será 0,1670%, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da 353ª Reunião, realizada em 14/12/2017.

O percentual aprovado encontra-se dentro do limite de 9% sobre as contribuições recebidas somadas à folha de benefícios do plano, conforme definido no referido regulamento e determinado pela Resolução CGPC nº 29/2009.

Poderão ser utilizados os recursos provenientes do retorno dos investimentos do fundo administrativo para pagamento das despesas administrativas, conforme estabelecido no PGA da Forluz.

8. Parecer Atuarial

- A base cadastral de participantes foi avaliada e considerada consistente para fins de dimensionamento dos compromissos futuros do Plano B.
- As premissas atuariais e o método de financiamento se encontram devidamente aderentes e adequadas à realidade financeira e demográfica da massa de participantes.
- No aspecto atuarial, não foi encontrada qualquer divergência e/ou inconsistência em relação ao balanço do plano.

- As reservas matemáticas foram devidamente processadas e validadas no SGA – Sistema de Gestão Atuarial da Entidade, com ampla segurança da informação e confiabilidade, pelo atuário responsável do plano, em conformidade com a Nota Técnica Atuarial, Regulamento e dispositivos normativos e legais vigentes.
- Na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da Forluz (Plano B), informamos que o plano encerrou o exercício com déficit técnico contábil de R\$ 7.185.463,18 (sete milhões cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e três reais e dezoito centavos), correspondente a 0,34% das reservas matemáticas atuarialmente calculadas.
- Em relação às repercussões no plano face ao ajuste de precificação, atestamos atuarialmente que o mesmo não prejudica a capacidade financeira do plano, seja em relação à solvência ou à liquidez.
- Finalmente, pode-se afirmar que o Plano B se encontra equilibrado atuarialmente.

PLANO TAESAPREV

1. O TAESAPREV é um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida – CD, onde não existem compromissos apurados atuarialmente, conforme dispõe a Resolução CGPC n.º 16/05. Para fins de avaliação foram utilizados os dados cadastrais de dezembro/2017 que, após a realização de testes específicos de consistência, foram considerados satisfatórios.
2. Considerando as premissas, hipóteses e dados mencionados neste parecer, apresentamos os resultados das Provisões Matemáticas e Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2017:

PLANO TAESAPREV – ITEM	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	29.226.454,01
Provisões Matemáticas	29.226.454,01
<i>Benefícios Concedidos</i>	0,00
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	29.226.454,01
Contribuição Definida	29.226.454,01
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	13.160.070,31
Saldo de Contas - Parcela Participante	16.066.383,70
<i>Equilíbrio Técnico</i>	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão do Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a realizar	0,00
Fundos	25.442,08
Fundo Previdencial	0,00
Fundo Administrativo	450,58
Fundo de Investimento	24.991,50

3. O custeio previdenciário do plano será dado através das receitas advindas dos participantes e do patrocinador acrescidos da rentabilidade líquida auferida, sendo o saldo atualizado mensalmente. As contribuições previdenciárias do participante e do patrocinador são classificadas em:

■ **Obrigatória Mensal:** correspondente a um percentual entre 50% e 100% da contribuição básica, calculadas com base no SRC (Salário Real de Contribuição, equivalente ao Salário Base do Participante), observando os seguintes percentuais:

- 3% (três por cento) do SRC equivalente a até, no máximo, o valor de 1 (uma) UTPT;
- 6% (seis por cento) do SRC compreendido entre 1 (uma) e 2 (duas) o valor da UTPT;
- 12% (doze por cento) do SRC que superar o valor de 2 (duas) vezes o valor da UTPT

UTPT – UTPT – Unidade Previdenciária TAESAPREV, fixado em R\$ 5.490,41 (cinco mil quatrocentos e noventa reais e quarenta e um centavos) na data deste parecer, sendo reajustado pela IPCA-IBGE no mês de reajuste coletivo do patrocinador.

■ **Adicional Mensal Facultativa (somente para participante):** correspondente a até 50% (cinquenta por cento) da Contribuição Básica;

As contribuições destinadas à cobertura das despesas administrativas serão assumidas integralmente pelo patrocinador.

4. A rentabilidade auferida em 2017 atingiu o percentual de 12,7829%. Considerando a natureza do plano não há que se falar em meta atuarial.

5. O TAESAPREV, por se tratar de plano estruturado na modalidade de contribuição definida – CD, não prevê constituição de superávit ou déficit atuarial, sendo todo e qualquer impacto revertido diretamente na conta de aposentadoria dos participantes. Desse modo, na qualidade de atuário responsável pelo plano, informamos que o TAESAPREV se encontra equilibrado sob o âmbito financeiro-atuarial.

Thiago Felipe Gonçalves

MIBA N° 1398

Atuário – Gerência de Atuária e Seguridade





Av. do Contorno, 6500 – 3º andar
Fone (31) 3215-6701
CEP 30.110-044 – Belo Horizonte – MG – Brasil

E-mail: atendimento@forluz.org.br
Portal: www.forluz.org.br